

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A obra de estabilização de arribas a realizar no Bico da Memória, junto ao Promontório da Nazaré, a cargo da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) está a provocar a indignação da população face a receios de descaracterização do local.

Foi inclusivamente criado o Movimento Cívico pela Defesa do Promontório da Nazaré alegando que a remoção dos muros existentes e a construção de uma plataforma suspensa irá afetar o património identitário da localidade. Afirmam também que o projeto foi desenvolvido sem o conhecimento da população e sem ter em conta as preocupações da comunidade.

Foi também noticiado que a "APA garante que o projeto foi aprovado pela Direção Geral de Património Cultural e que respeita o enquadramento patrimonial e paisagístico envolvente". Contudo, a forma como o processo foi conduzido do ponto de vista técnico e administrativo parece não ter acautelado a dimensão social.

Independentemente da importância da obra de estabilização das arribas para evitar riscos para a segurança de pessoas e bens, importa esclarecer se o projeto poderia ou não manter os elementos edificados de suporte ao Promontório, evitando uma mudança mais profunda naquela paisagem identitária.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm perguntar ao Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, através de V. Exa., o seguinte:

1. Qual o âmbito geográfico e as características geofísicas da intervenção que será realizada? Solicita-se a apresentação de elementos descritivos e cartográficos.
2. Como se fundamenta a necessidade de remover os muros do Promontório e a colocação de uma plataforma metálica?
3. Estiveram subjacentes critérios de redução de risco para pessoas e bens ou esta intervenção específica tem uma índole mais cénica e paisagista? Se os muros não fossem retirados existiam riscos?
4. Qual a fundamentação da DGPC para dar parecer favorável à intervenção?

Palácio de São Bento, 21 de março de 2023

Deputado(a)s

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

PAULO MOTA PINTO(PSD)

OLGA SILVESTRE(PSD)

JOÃO MARQUES(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

ALEXANDRE SIMÕES(PSD)

CARLOS CAÇÃO(PSD)

JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

ANTÓNIO PRÔA(PSD)

ANTÓNIO TOPA GOMES(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)

CLÁUDIA BENTO(PSD)

PATRÍCIA DANTAS(PSD)

JOÃO MOURA(PSD)

PAULO RAMALHO(PSD)